

participação das autoridades da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, da mesma forma dirigindo agradecimentos a imprensa e a assistência, registrando também a presença da Secretária Municipal de Educação. A seguir, disse que as autoridades deram inegável demonstração de espírito público, enfatizando que de imediato a Mesa Diretora estava avaliando o que fosse necessário em instrumentos contidos na legislação, visando a criação do Conselho Municipal de Defesa Social, e, tendo em certeza todo o apoio dos Senhores Vereadores. Disse que a Câmara estava a disposição da Comunidade, pois era realmente a Casa do povo e reiterando agradecimentos, suspendeu a Sessão por tempo necessário para que a Câmara retomasse seus trabalhos de ordenamento legislativo. Reabitos os trabalhos, o Senhor Presidente Vereador Moyses da Rocha Mendes solicitou ao Senhor Primeiro Secretário Vereador Dirceu Pereira da Silva a chamada regimental, porém dezesseis responderam e chamada regimental os seguintes Vereadores: Guy Silva da Rocha, Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Irindade, Braz Benedito Arcajo Filho, Carlos Alberto Albuquerque dos Santos, Ivan Luiz de Araújo, Itaciquim Schmidt, Luiz Antônio de Melo Póças, Omar Campaio da Silva, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Bento e Waldir Maurício de Aquino Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou reabita a Sessão em nome de Deus, e de imediato lançou o Tribuna para Explicação Pessoal. Não havendo oradores para uso do Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus, e para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.



*Ata da Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 16 de junho do ano de 1994.*

As dezessete horas do dia 16 de junho do ano de 1994, sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes e com a presença do Primeiro Secretário pelo Vereador Dirceu Freire do Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental, os seguintes Vereadores Aires Bessa de Azevedo, Alcido Luiz da Rocha Garret, Antônio Carlos Freire da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Braz Benedito Arcanjo Filho, Carlos Roberto Vasques dos Santos, Cleaquim Schwandt, Luiz Antônio de Melo Cabas, Orlando da Silva Freire, Silas Rodrigues Brink e Waldir Raviuza de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foi lido e aprovada a seguinte Ata: Ata da Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente soluciu ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: Requerimento nº 109/94, de autoria do Vereador Orlando da Silva Freire, assunto: requer ao Excmo. Sr. Prefeito Municipal, informações quanto aos processos de Indenizações da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, Indicação nº 143/94, de autoria do Vereador Carlos Roberto Vasques dos Santos, assunto: Solução ao Excmo. Sr. Prefeito Municipal, necessariamente nas laterais da Ilha da Avenida Juazeiro e Souza e Construção de hidrômetros de Velocidade próximo ao Supermercado Siro e Bar. Terminado a leitura do Expediente, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado ao uso da Tribuna aos Vereadores inscrito em livro próprio. Como primeiro grader inscrito, chamou a Tribuna o Vereador Braz Benedito Arcanjo Filho, falando inicialmente de sua passagem pela Câmara em substituição ao Vereador Eduardo Carlos Kilo, observando que aprendeu muito e, usava como

patrimônio uma experiência positiva quanto as atividades da Câmara, frisou que nada de pessoal guardava contra os Senhores Vereadores, e do mesmo modo em relação ao Prefeito, pois o tempo em que permaneceu na Casa, fora ocupado hnto certeza em sempre apresentar o povo e prover uma crítica ao Poder Executivo. Falou dos trabalhos desenvolvidos em quase quatro meses de permanência na Câmara, apresentando sempre proposições de rele interesse da Comunidade, tendo assim, cumprido com o seu dever de homem Público. Registrou a seguir, ter sido tratado com muito carinho na Câmara recebendo apoio de todos, agradecendo aos funcionários da Secretaria Geral, aos Assessores dos Senhores Vereadores e Secretários, e colocando-se a disposição de todos em suas manifestações de cidadania, principalmente na Associação de Vereadores de Porto do Arro e reiterando agradecimentos encerrou sua fala. A seguir, o Senhor Presidente Carlos do Rêgo Mendes disse que não podia deixar de cumprimentar ao Vereador Sr. Benedito Arcanjo Filho, cuja permanência na Câmara em substituição ao Vereador Eduardo Correia Neto, fora das mais proveitosas. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Orlando da Silva Pereira, elogiando inicialmente a Administração Municipal, pois não ainda correspondendo as expectativas da Sociedade Cabocuna. Prossequindo, disse que cumpria também elogiar a Administração por estar colocando em dia as obrigações para com os órgãos federais e outros de caráter social, direito do trabalhador. Adiante falou do grande investimento em veículos e máquinas pelo atual Governo, mas em contrapartida a cidade estava abandonada literalmente, e que algumas obras de alguma importância eram realizadas, e do mesmo modo promissas de campanha não eram cumpridas. Disse que embora pertencendo ao PDT e o Banca do Governo não podia deixar de criticar a omissão do Governo Municipal quanto a questões cruciais do Município e que eram feitas os reclamos do povo. Disse que a estrada para Armação dos Buzios, já em início de obras de forma alguma podia ser uma prioridade para a Prefeitura, enquanto os Barrios perifericos haviam entregue as vozes negras entre outras mazelas. Com relação a transporte coletivo, disse ter sido prome-

za do início concluído por Bonifácio a implantação do PTC em Cabo Frio, mas durante quase dois anos de Governo nada foi feito. Com relação a questão salarial do funcionalismo, o progresso era quase nenhum, e, ao respeito de um Plano econômico o funcionalismo continuava ansioso sem qualquer perspectiva de uma política salarial justa. vindo em relação ao Prefeito, lamentou que mesmo sendo do Partido Governista, não conseguia conversar com o Executivo. Exigiu a requisição de requerimento de aumento, o ser aprovado naquela reunião, solicitando ao Prefeito Municipal, uma nova dinâmica quanto o pagamento de indenizações, pois a burocracia da Prefeitura prejudicava em muito aos funcionários que muitos vezes derravam os processos a ruína visto a morosidade na tramitação e a repetição de novos cálculos indenizatórios face a desvalorização da moeda, e enfatizando que retornaria sempre a Tribuna para fazer com que o Prefeito respeite o Poder Legislativo. Comentou também sobre a exigência legal do Prefeito enviar a Câmara o Projeto de Lei quanto a Diretrizes Orçamentárias com prazo expirado em abril. Falou a seguir da necessidade da Prefeitura construir com urgência uma Capela Borbiana, onde os velórios pudessem ser realizados, pois era grande a necessidade em Município do parte de Cabo Frio. Em aparte, o Vereador Carlos Roberto de Sousa dos Santos, disse ter oferecido ao Governo Municipal um projeto arquitetônico para três capelas borbianas em frente ao Cemitério Santa Isabel, de autoria do Proxidão Carlos Lacerda, de reconhecido talento. Disse que o Projeto tinha o resguardo de significativa área verde e ampliação do Cemitério de Santa Isabel, para uso alongado em cinco ou dez anos, e, infelizmente não recebeu respeito. Em aparte, o Vereador Dirceu Ferreira da Silva, disse que o Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pela Casa, constava a obrigatoriedade do Poder Executivo construir ainda no exercício de 1994, uma Capela Borbiana. Agradecendo aos apares que considerou altamente positivos para seu discurso, o Vereador Orlando da Silva ferreu encerrar sua fala. Já havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao regime dedicado e Ordem do Dia. Uma etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Orçamento

Senhor Reboreto, encaminhado a Comissão de Redação Final, o Projeto de Resolução nº 012/194. O requer, foi aprovado e requerimento nº 143/194 e a Indicação nº 143/194. Terminado o Votem do dia, o Senhor Presidente honrou a Tribuna para Explicação Pessoal. Depois para a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Antônio Heberth de Aguiar dos Santos, comentando de início, que juntamente com o Vereador Alfredo Barreto, fora recebido no dia anterior de que uma área de litígio na fazenda de Fazendinha, St. Genésio, estava sendo ocupada por quem se dizia proprietário, Senhor João Althaid. Disse que com o Vereador Alfredo Barreto, naquela manhã fora ali a reunião e, a comunidade já estava mobilizada. Disse que realmente o suposto proprietário já tinha colocado uma cerca, destruída pelos lavradores. Observou que tais áreas de litígio, não apenas em Cabo Frio, mas em todo o Brasil, estavam sendo ocupadas de qualquer forma por poderosos fazendeiros ou latifundiários, com medo do Ultran Presidencial de 23 de outubro, pois elos um governo popular tais áreas seriam questionadas e teriam um fim adequado a solução dos problemas. Salvo ter ficado assustado com a agressividade do referido Senhor, primeiro pela colocação da cerca por estação em quitação judicial o referido área. Disse ainda que o dito proprietário no momento denunciou na Polícia como agredido afirmando também que os lavradores estavam cercando a achada da Polícia Militar, e, impedindo o acesso a Divisão dos Búfalos. Disse no prosseguimento que quando chegou ao local, encontrou a população unida educadamente do outro lado da estrada e, do lado do proprietário um "bugre" com quatro elementos cobrindo simultaneamente a faixa de "goulas" para os lavradores, inclusive mulheres e crianças. Salvo também que o Comandante do Batalhão da Polícia Militar prestou atendimento ao caso e que a quitação desistida por ordem do Major Alagner Abreu, se portava exemplarmente, evitando assim o conflito entre as partes. Prosseguindo em seu relato disse que lamentavelmente o mesmo não podia dizer do Povo Brasil, quando dois integrantes haviam chegado ao local empunhando de metralhadora e revólver, advertindo ainda aos trabalhadores que a escola estava engatilhada, e tal agressividade só cessara depois de intercedidos pelo Vereador Alfredo Barreto. Observou que não podia deixar de

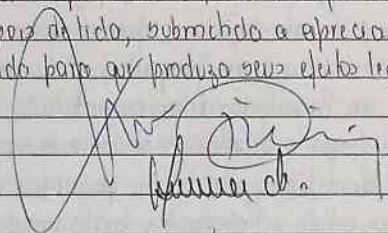
registrar sua revolta, pelo atitude arrogante, agressivo e arrogante, dos integrantes da Polícia Civil. Falou também do contato com o Delegado de Polícia de Cabo São Roque que recebeu com muita educação aos trabalhadores, relatando que o que conhecia do caso fora passado pelo ex-zelador proprietário das terras, ou seja, com a ação sendo perdida pelos trabalhadores. Dirigiu a seguir, que realmente havia uma ação datada de 1983 em segunda instância, e abalmente um julgamento a ação de manutenção de posse quanto a área. Falou do contato que houve por telefone com o Senhor João Althaid, tendo ponderado ao mesmo que a situação fosse encaminhada, evitando-se a audiência, mas, para sua surpresa o referido cidadão exigiu que a terra fosse recolocada e da mesma forma as placas do empreendimento. Disse que assim o diálogo fora encerrado, manifestando o Dirigente do PSC, sua preocupação com a situação dos trabalhadores rurais e também dos que rurais que estavam sendo pagos para pagar a terra, pois poderiam ser envolvidos em conflitos. Dirigindo-se ao Presidente Vereador Marcos da Rocha Mendes, o Vereador Carlos Roberto Uqueira dos Santos, relatou que suas palavras quanto a participação da Polícia Civil, com seus dois policiais, foram registradas, porque também estava preocupado com sua integridade física, narrando a seguir: "Quando os policiais nos pediram que nos identificássemos, nós nos identificamos como Vereadores, fomos perguntados o que que Vereador está falando aqui. Nós falamos, que estávamos tentando publicar pelo menos o nosso salário, era a nossa obrigação estar lá. Os policiais só se identificaram através dos nomes. Nós perguntamos se eles tinham algum motivo escrito para estarem lá, não tinham nada escrito e que era dever deles estarem lá. Um deles falou "eu podia estar em casa agora", então claramente não estavam a serviço intimidando os Vereadores, intimidando os lavradores, então tem que ficar o registro, e, tendo certeza que o Vereador Althaid contou aqui importantes detalhes importantes a esse relato que nos causou muita apreensão com os nomes que vão tomar os acontecimentos de agora em diante". A seguir, ouviu o Tribunal em explicação final o Vereador Althaid Luiz da Rocha Barros, falando inicialmente que o relato do Vereador Carlos Roberto Uqueira dos

Santos para a expressão do que realmente aconteceu no registro de Jaydinho e Sr. Gonçalves, com homens, mulheres, crianças, bebês de leite e idosos, sendo protagonistas de um episódio quando de forma pacífica resistiram a todas as ameaças e formas de violência praticadas pelo Adadão João Alhaide, e que se intitulava dono das terras. Portanto, disse que o pertubação da Polícia Civil mostra na indignidade de alguns policiais, que não tinham condições sequer de serem vestidos em tal abundância, e muito menos podiam empunhar armas. Observou que a sua presença juntamente com o Vereador Carlos Roberto Albuquerque dos Santos por certo evitou fatos até imprevisíveis, visto a atitude de mau elemento, os policiais Paulo e Biaz, de toda forma agressivos contra os trabalhadores. Salou que já estava tomando um absurdo a falta de autoridade do Município, relatando ainda, que no último feriado não compareceu à reunião porque tinha que ir a Campos Novos pelos mesmos motivos, ou seja, a violência no campo. Disse que oito homens armados, paramilitares, haviam invadido a propriedade de um casal já recagimário, dona Rita e Sr. Guilherme, agredindo a Senhora, jogando utensílios no chão, praticando uma violência inominável. Disse que se dirigiu a 134 Delegacia Policial, e se quer logo tomado o depoimento da referida Senhora, apesar dos apelos ao Delegado. Disse que naquela data, estava prometida a volta dos oito capangas, dos oito bandidos que deveriam estar presos. Disse que sendo da Jaydinho passara em dona Rita, para saber como estava a situação, narrando a seguir: "Sentamos montar com a Polícia, que por a única ajuda dada, nós vamos mandar uma comissão para passar lá como se entrar na casa de alguém significasse dizer que vamos passar lá. Eu quero saber quando isso acontece na Zona Sul, na casa de um General, quando isso acontece na casa de quem hoje dizem esse poder no País, e a atitude da Polícia é essa". Portanto, disse que não era apenas a ausência da Polícia, que no Município de Cabo Frio a autoridade Municipal se omite, não sendo possível que o Senhor Prefeito estivesse reunido há quinze dias com o Senhor João Alhaide, para obter o relato, e enfatizou querer saber porque o Senhor Prefeito tanto se abatia para receber o Sindicato dos trabalhadores rurais, queria saber porque a Associação dos Trabalhadores não

era recebida e, porque o Gêral não estava em todo do história. Então  
 que ponto da impopularidade tinha que ser paga, e não seria a violên-  
 cia que assassinaria dois companheiros no Rio de Janeiro que não im-  
 pedir a jornada dos que deixavam um Brasil mais justo e digno para  
 seus filhos. Disse ainda, que não seria o fuzil que naquela manhã fora  
 apontado para dois Vereadores e nem outro tipo de violência que iria  
 calar os que acreditavam num Brasil diferente. Indagou o requerente  
 de estava o Secretário Municipal de Serviços Comunitários, também em-  
 pre quanto aos acontecimentos narrados, e, requer saber o nome do  
 Severiano, do mesmo forma a comunidade desassistida, e assim,  
 tais fatos chegavam ao raio do absurdo. Afirmou que de uma hora  
 para outra, poderia ocorrer a morte de um inocente e, que todos os  
 homens de bem não admitem, mas, seria tarde demais, pois o povo  
 acordava para o Governo impopular de Cabo Frio, ou então tinha que se  
 parar o seu ato ditatorial afirmando ainda, que o que era impopular no  
 País não iria mais progredir. Disse que iria ser inaugurada uma nova  
 fase no Brasil, das relações do Estado, do Governo com as Comunidades,  
 e mais, que o Secretário não sabia de nada, que o Secretário não andava  
 pelo Município, e mais do que nunca um Governo tinha que ser democrá-  
 tico ouvindo a população e participando dos seus problemas. Prosseguir  
 de, disse que no episódio já relatado pelo Vereador Carlos Roberto Soque-  
 ra dos Santos, fora reclamada também uma participação mais ativa do  
 legislativo, que ainda era muito tímida não bastando a presença de  
 dois Vereadores para o tipo de violência que se praticava contra o habita-  
 dor do campo. Considerou vital uma participação mais forte do legisla-  
 tivo, como resposta a tal tipo de agressão atingindo todos os instâncias  
 em defesa da populaçãoprimida pelos latifundiários. Adiante disse que  
 em relação a Delegacia de Cabo Frio, ter indagado pessoalmente ao  
 Delegado titular, Sr. José Geraldo, por que no zimano anterior os presos  
 da cela sus a pretexto de castigo haviam dormido e haviam ficado sinte  
 e quatro horas, completamente nus, e que não podia entender. Falou da  
 prisão de dois habitantes do RECOF, presos porque praticaram ato  
 contra a Lei, que haviam sido expostas no muro do muro, com o aque-  
 rante de terem recebido a agressão de um soldado do Corpo de Bombeiros



Saber que tais atos não podiam permitir que se fizessem conchavos políticos, armados grupos, e que os Vereadores tinham que se reunir para combater tais fatos que atingiam toda uma sociedade. Sabia a seguir, da impopularidade do Governo do Estado, que não era aceita nem por aqueles devotos do Senhor Leonel Brizola, aqueles que haviam votado no Senhor José Bonifácio, e assim, podia dizer que tais governos impopulares iam acabar, porque estava chegando a hora de começar a reunir uma nova facção, da maioria do povo, dos governos populares, que estavam ainda e, mesmo não se concretizando nas próximas eleições não iria interromper o Sonho dos que sabiam que pela força popular o Brasil iria alterar a relação de Poderes para alcançar a justiça social para o povo. Não havendo mais produtores para o uso do Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus e para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, não assinado para que produza seus efeitos legais

  
Ferreira de S.

Ata da Tringésima Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizado no dia 21 de junho de 1994.

As dezessete horas do dia 21 de junho do ano de 1994, sob a Presidência do Vereador Rogério da Rocha Mendes, e com a participação do Primeiro Secretário pelo Vereador Nivaldo Pereira da Silva, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aires Barros de Aguiar, Alcido Luiz da Rocha Barros, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Carlos